

Teoria geral do processo

- ↳ A Teoria geral do processo é o conjunto de conceitos esquematizados que serve aos juristas como mecanismo para conhecer os diversos ramos do direito processual.
- ▶ estrutura os conceitos e institutos básicos do direito processual.

• **Contexto histórico:** houve uma época na qual não existia um ordenamento jurídico consolidado para colocar fim aos conflitos dos indivíduos. Nesta época, quem desejasse satisfazer seu interesse, deveria fazer uso de sua própria força impositiva.

autotutela

- A ordem estatal era ausente.

Após essa fase, em que a autotutela era predominante, o Estado foi ganhando força para dirimir os conflitos das partes na medida em que os árbitros eram nomeados de forma facultativa para decidir a lide.

↳ com o tempo a nomeação de árbitro se tornou obrigatória.

▶ a lógica do processo é a pacificação social, e as normas processuais refletem nessa linha.

Como exemplo, o juiz, ao iniciar a audiência, tentará conciliar as partes. Ademais, a mediação, conciliação e arbitragem, os meios de solução consensual, serão empregados para dirimir os conflitos.

• tem - se também a lei dos juizados es-

peciais cíveis e criminais em que as partes são instadas a conciliação.

• princípios:

- devido processo legal: é a garantia ao cidadão de um processo justo, sem qualquer tipo de abuso.

- princípio da igualdade: igualdade de tratamento para as partes no âmbito da relação jurídica processual.

- duração razoável do processo: as partes têm direito a uma prestação jurisdicional célere e eficiente, com razoabilidade e proporcionalidade, de modo a não comprometer o contraditório e a ampla defesa.

- ampla defesa: a ampla defesa está correlacionada ao exercício do contraditório, pois é a partir dele que as partes poderão se valer de mecanismos legais e probatórios para se defenderem na relação processual.

- contraditório: o contraditório precede a ampla defesa, pois ela só pode ser exercida de forma ampla quando democraticamente se é cientificado dos eventos do processo.

- imparcialidade do juiz: impessoabilidade na resolução de conflitos.

- princípio da inércia e demanda: em regra o juiz não age de ofício, a jurisdição precisa ser provocada.

- duplo grau de jurisdição: possibilidade de revisão das causas já julgadas pelo juiz na 1ª instância ou juiz de 1º grau.

- princípio da economia processual: visa a prática de atos processuais sem o menor gasto possível.

- princípio da publicidade: assegura a aplicação correta da justiça e também é um dos princípios

basilares da adm. pública.

- inafastabilidade da jurisdição: garante o acesso à justiça.
- lealdade processual ou boa-fé: vedado às partes que abusem de seus direitos na relação processual.
- motivação das decisões: consagra a motivação adequada, juiz tem obrigação de fundamentar suas decisões.
- oralidade: concentração de atos que possuem em audiência.

° fontes: as fontes servem pl preencher lacunas no decorrer do processo.

- Const. Federal: estabelecerá as principais disposições a respeito de princípios e regras gerais.
- Tratado internacional: também dispõe sobre direito processual, por exemplo, em matérias de garantias fundamentais.
- lei complementar: espécie legislativa mais estável do que lei ordinária.
- lei ordinária: fonte formal
- Equidade: somente é permitida a decisão por equidade nos casos previstos em lei.
- Precedentes: decisão judicial tomada em um caso concreto que poderá servir de diretriz pl julgamentos posteriores de casos similares.

PILARES

- autor: quem entra com ação
- réu: quem responde
- juiz: julgador